

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 22-11-2017.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginete Bispo, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 047/17 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 270/17 (Processos nºs 2886 e 2458/17, respectivamente), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 305/17 (Processo nº 2762/17), de autoria de Felipe Camozzato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 307/17 (Processo nº 2800/17), de autoria de José Freitas; e o Projeto de Resolução nº 059/17 (Processo nº 2876/17), de autoria de Professor Wambert. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 1809 e 1808/17, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 015 e 016/17 (Processos nºs 2981 e 2982/17, respectivamente). Do EXPEDIENTE, constaram os Ofícios nºs 868 e 869/17, de Pedro Amar Ribeiro de Lacerda, Superintendente Executivo da Caixa Econômica Federal. Durante a Sessão, foram aprovadas as Atas da Septuagésima Segunda, Septuagésima Terceira, Septuagésima Quarta, Septuagésima Quinta, Septuagésima Sexta, Septuagésima Sétima, Septuagésima Oitava, Septuagésima Nona, Octogésima, Octogésima Primeira, Octogésima Segunda, Octogésima Terceira e Octogésima Quarta Sessões Ordinárias, da Décima Oitava, Décima Nona, Vigésima, Vigésima Primeira, Vigésima Segunda, Vigésima Terceira, Vigésima Quarta, Vigésima Quinta, Vigésima Sexta, Vigésima Sétima e Vigésima Oitava Sessões Extraordinárias e da Vigésima Terceira e Vigésima Quarta Sessões Solenes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Dr. Marcelo Rocha e José Freitas. Às quatorze horas e quarenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, foi apregoado o Memorando nº 018/17, do Presidente, informando que Tarciso Flecha Negra participaria, em representação externa deste Legislativo, no dia vinte e dois de novembro do corrente, em sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em homenagem ao Dia Estadual da Consciência Negra, às quatorze horas, em Porto Alegre. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 186/17 (Processo nº 2757/17). Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Alvoni

Medina e aditado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 329/17 (Processo nº 2954/17), por vinte e cinco votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginete Bispo e Ricardo Gomes. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 294/17 (Processo nº 2671/17), por vinte e seis votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Marcelo Rocha, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginete Bispo, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Às quinze horas, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Luciano Marcantônio, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 046/17, o Projeto de Lei do Legislativo nº 257/17, este discutido por Adeli Sell, e os Projetos de Resolução nºs 053, 055 e 054/17, este discutido por Dr. Thiago. Ainda, Cláudio Janta, André Carús e Aldacir Oliboni pronunciaram-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Reginete Bispo e Ricardo Gomes. Às quinze horas e trinta e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 72ª a 84ª Sessões Ordinárias; Atas da 18ª a 28ª Sessões Extraordinárias; e as Atas da 23ª e da 24ª Sessões Solenes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras; cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa Sessão no dia de hoje. Nós, enquanto Bancada, Vereadores Adeli, Reginete Bispo, Marcelo Sgarbossa, estamos ainda, de uma certa forma, impactados com a desculpa que o Prefeito Municipal de Porto Alegre deu em relação ao fato da sua manifestação naquele momento do seu afastamento da Cidade, mais precisamente quando estava em São Paulo e falou, num discurso de ódio, que procurava atingir não

só alguns partidos, como também a Câmara Municipal de Porto Alegre. Ontem e hoje vimos não só uma nota do gabinete dele, como também o próprio Líder do Governo, nobre Vereador Moisés, dizendo que não foi aquilo que ele quis falar e que não se poderia encaminhar, como fizemos, um pedido de convocação, mas um convite para o Prefeito vir a esta Casa. Queria dizer aos nobres colegas, Vereadores e Vereadoras, o Prefeito teria que ter iniciativa muito pessoal de vir a esta Casa, o que parece não ser costumeiro. Ele vem quanto tem algo a entregar: a LDO, o Plano Plurianual, a Lei Orçamentária Anual, e assim por diante. Mas quando se trata de algo que ele, Nelson Marchezan Júnior, Prefeito Municipal, provoca, não só os Vereadores, ou desmerece esta Casa, na verdade, agora reproduz dizendo que até vem se for em forma de convite, mas não em forma de convocação. Eu acho que, na medida em que ele se posiciona desta forma, reforça muito mais ainda, colegas Vereadores e Vereadoras, a ideia de votarmos um requerimento, convocando, sim, o Prefeito Municipal para vir a esta Casa dizer o que pensa da Cidade e da Câmara de Vereadores. Vamos acabar com esse conflito! Vamos dizer a ele que a preocupação nossa é governar Porto Alegre, atender a demanda dos cidadãos e cidadãs porque, ao nosso ver, o Governo Marchezan deixa muito a desejar, Ver. Adeli Sell e Ver.^a Reginete! Não é por acaso que nós, Vereadores, que nos sentimos representados, porque fomos eleitos para isso, ao irmos a diversas agendas e ações na Cidade, somos muito cobrados. E, ao tentar dialogar com o Executivo, percebemos a morosidade e falta de interesse em lutar pela Cidade. Olha a situação em que está Porto Alegre. Não são só os Vereadores que falam da dificuldade ou das reclamações que os cidadãos fazem, mas, de uma forma geral, a Cidade está abandonada – esse é o termo utilizado –, mais precisamente as obras, os serviços, sejam da assistência à saúde, educação. Olha a situação do Governo Marchezan: entre Secretários e Presidentes de autarquias, 15 já abandonaram o Governo. Então, sim, é um problema grave. O próprio Governo – ao menos é o nosso entendimento – deveria se preocupar muito mais em governar para Porto Alegre do que, a todo momento, fazer inserções ou postagens na redes sociais, dizendo o quanto a Câmara não apoia seu Governo. Mas é claro, ele falava durante a campanha que não aumentaria impostos, Ver. Alex, mas manda para cá, de uma forma bem descarada, o projeto sobre o IPTU, depois não aceitando o imposto progressivo. De fato, nós queremos, sim, no caso do IPTU, taxar os que ganham mais, isentar ou cobrar menos dos que ganham menos – e não foi o que reproduziu a peça aqui sobre o aumento do IPTU. Mas não é só isso! Os servidores municipais foram, praticamente, a menina dos olhos do Prefeito, atacando as conquistas de muitos e muitos anos da sua caminhada, e que, agora, em alguns projetos, ele tentava retirar tudo isso. Portanto, é muito importante, mas é de extrema importância a vinda do Prefeito aqui, nesta Casa, para dizer o que ele quer do seu Governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, o Prefeito Nelson Marchezan falou, falou está falado. Gostaria que a assessoria colocasse o vídeo, para mostrar que não foi a primeira vez que ele falou.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Então, eu quero dizer uma coisa: se Parlamentar é cagão, o Prefeito é um bunda-mole, entendeu? Porque ele vai nas reuniões do OP, e semana que vem eu vou botar todos os vídeos do OP em que ele fala mal da Câmara e dos Vereadores de Porto Alegre. O pedido do Prefeito, que foi votado por esta Casa, diz: “Autorizamos o Prefeito Municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, a ausentar-se do País, do dia 11 a 22 de novembro”. É bunda-mole porque mentiu: dia 11, ele não estava aonde deveria estar, que era em Barcelona-Espanha. Ele estava em São Paulo, fazendo um circo para seus amigos e falando mal de Parlamentares. Não foi um contexto político. Eu estou fazendo um contexto de análise política aqui, porque, quando o cara é bunda-mole, eu faço um contexto da análise política.

Hoje, no nosso grupo de Vereadores, o Ver. José Freitas botou a cidade de Porto Alegre toda esburacada. Isso é um contexto da análise política que ele fez. Um contexto. Chamar a nós, Vereadores, chamar o seu pai, Nelson Marchezan, seus colegas deputados federais, os Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul de cagões é um contexto político. E aí fica descaradamente dizendo: “Não, foi um contexto político...” Só que dia 11, ele tinha que estar em Barcelona, está aqui a autorização que fizemos; dia 11, viajar a Barcelona, na Espanha; Paris, na França; Frankfurt, na Alemanha; e Lisboa, em Portugal; e dia 23 e 24, estará em São Paulo. No dia 11, ele não tinha que estar em São Paulo. Não tinha que estar em São Paulo. E aí fica o Prefeito com essa choradeira. O Prefeito tirou os servidores municipais para seus inimigos e a Câmara de Vereadores para ser escudo, porque ele larga tudo para a Câmara resolver, desde o início da sua administração. É a Câmara que tem que resolver a questão da educação em Porto Alegre, em que ele diz que todos os estudantes de Porto Alegre são drogados ou vendedores de boca de fumo, neste mesmo vídeo – foram 19 minutos de asneiras em que ele diz isso. Dezenove minutos de asneiras! Lá ele se sentiu em casa, gente! Ele não pensou que os parceiros dele iam largar esse vídeo. Ele não pensou que esse vídeo ia vazar. Ele estava em casa! Ele não imaginou que esse vídeo ia chegar aqui em Porto Alegre! Ele não imaginou que ia ser traído. Ele estava em casa, por isso que ele teve a audácia de ir lá, dia 11, quando era para estar viajando para a Europa, autorizado por esta Casa. E se ele falou no contexto da análise política, eu acho que ele está dizendo agora que, legalmente, ele não deve vir na Câmara.

Houve vários Secretários, quando eu era Líder do Governo, que eu liguei e convidei para virem aqui na Câmara. Vários Secretários. Então, acho que chegou o momento de ele se autoconvidar e vir aqui na Câmara dizer o que ele pretende fazer,

por que ele demitiu a Secretária de Assistência Social que queria começar a melhorar a questão dos moradores de rua. Dizer por que ele demitiu o Procurador Bruno Miragem. Por que o seu homem forte da sua campanha e do seu Governo, Kevin Krieger, saiu? Vem para cá dar explicação para esta Câmara de Vereadores e dizer por que ele acha que esta Casa é responsável pelos erros do seu Governo mal conduzido, um Governo que não tem um timoneiro, um Governo que acha que tudo nesta Cidade é culpa da Cidade, do povo desta Cidade, é culpa dos servidores públicos e da Câmara de Vereadores. Ele não estava realmente preparado para ficar fazendo campanha e, principalmente, preparado para dirigir esta Cidade. Ele acha que ainda estamos em campanha eleitoral, onze meses depois da eleição. Eu acho que, para o bem da Cidade, o Prefeito deveria continuar viajando, deveria ficar na Europa, porque ele quer uma cidade que não existe, tipo Paris, Frankfurt, Londres, onde ele vive muito e há muito tempo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Marcelo Rocha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. MARCELO ROCHA: Boa tarde, como os senhores sabem, eu estou exercendo o mandato agora, durante esta semana, no lugar do Ver. Roberto Robaina, mas eu sou seu chefe de gabinete, tenho certeza de que falo em seu nome e em nome da Bancada do PSOL, do Ver. Prof. Alex e Ver.^a Karen, que está substituindo a Ver.^a Fernanda Melchionna nesse período.

Essa questão do Prefeito, eu acredito que, em primeiro lugar, Marchezan foi Deputado Federal durante dez anos, então se ele fala que Parlamentar é cagão, ele deve estar falando, porque ele tem algum conhecimento de causa da sua própria experiência.

Marchezan faz parte de um partido liderado por Aécio Neves, por um político corrupto, notoriamente corrupto, e que pouco faz o Partido para removê-lo da situação onde ele se encontra, infelizmente, o Senado Federal deu guarida a Aécio Neves. Esse é o líder político do Marchezan. O governo do Marchezan, no Estado do Rio Grande do Sul, foi marcado por escândalos de corrupção com a Sra. Yeda Crusius. Agora o Marchezan, como Prefeito de Porto Alegre, só vem fazendo bobagem na nossa Cidade. Se a gente for andar pela nossa Cidade, a gente vai ver ruas esburacadas; nós vamos ver falta de segurança – um menino sendo esfaqueado na fila do RU da UFRGS; saúde, um verdadeiro caos, com todas as emergências superlotadas; educação, os professores entrando em greve, justa, reivindicando seus direitos. Marchezan não tem capacidade de governar a cidade de Porto Alegre. E mais do que isso: Marchezan não reúne mais as condições políticas de governar esta Cidade porque não tem capacidade de fazer a mínima articulação com a Câmara. Mais, Marchezan não tem condições emocionais de fazer o Governo de uma cidade como Porto Alegre, Marchezan não tem controle emocional para fazer o governo da cidade de Porto Alegre.

No meio de uma crise econômica, no meio do envio de um Orçamento para a Câmara Municipal com diversos cortes, ele decidiu ir para a Europa para descobrir que se carrega telefone celular nas paradas de ônibus; foi essencial essa viagem para fazer essa grande descoberta e para fazer essa passagenzinha pelo congresso do MBL, a quem o Marchezan, nós sabemos, tem muita ligação, tanto que se nega a receber os movimentos sociais na cidade de Porto Alegre, mas recebe o Arthur do Val, do canal Mamãe Falei – para os amiguinhos ele tem espaço na agenda. Sangram os cofres públicos com seus amigos, sangram os cofres públicos com suas viagens e não traz para a Cidade as soluções que a população necessita.

Eu gostaria de ver se o Marchezan vai ter coragem de vir até a Câmara de Municipal de Porto Alegre para explicar essa fala, que não é a primeira. Marchezan acusou os Vereadores que votariam contra o seu projeto de aumento do IPTU de estarem votando em causa própria, quando muitos dos Vereadores, inclusive moram de aluguel, por exemplo. Não estavam votando em causa própria estavam votando a favor da população de Porto Alegre que bateu nos gabinetes e pediu para que não se aumentassem os impostos, porque não era verdade que na Restinga, no Rubem Berta, no Lami os impostos iam diminuir e nas zonas mais nobres os impostos iam aumentar. Os impostos iam aumentar para a população pobre também. O Marchezan, eu acredito, não vai ter coragem de vir até esta Câmara para falar, se justificar deste vídeo absurdo, ridículo que ele fez. Porque, já na imprensa, nesta semana, apresentou explicações e alternativas para o que é óbvio e indefensável, ele disse que estava falando genericamente e, infelizmente, o líder do seu Governo, o Ver. Moisés, corroborou essa tese. Mas mesmo que ele estivesse falando genericamente, estava falando dos Vereadores desta Câmara. E, a partir dessa mudança de discurso do Prefeito, a gente já começa a pensar quem é, na verdade, cagão. Porque, com uma repercussão, em poucos dias ele já mudou o discurso, e a gente já vê quem é cagão. Então, eu acredito que ele não vá ter coragem de vir até esta Câmara, mas, se tiver, não pode ficar barato o que o Marchezan está fazendo. E não é por chamar de cagão os Parlamentares, é também, mas pelo o que ele está fazendo com cada cidadão e cidadã de Porto Alegre. Por ele ter cortado os recursos de apenas R\$ 40 mil, para a parada livre, que é uma luta histórica do Movimento LGBT, a segunda parada mais antiga do País, não tria esse recurso porque faria falta para a população de Porto Alegre. Mas tem R\$ 80 mil para viagem à França; tem R\$ 80 mil para fazer uma paradinha no Congresso do MBL. Para remunerar os servidores adequadamente e não fazer parcelamento de salários, para cumprir a Constituição e fazer a reposição da inflação para os trabalhadores, aí não tem – porque isso é constitucional. Marchezan não reúne mais condições políticas, nunca reuniu condições emocionais e começa a não reunir mais condições legais de se manter à frente do Governo desta Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, eu estou bastante indignado hoje – e isso que eu sou da paz –, estou muito indignado em relação às emendas que foram rejeitadas. Eu quero falar de duas aqui, uma a respeito do Conselho Tutelar, e outra sobre Psoríase.

Ontem eu visitei a sede do Conselho Tutelar no Sarandi, que está, há um ano, com os aparelhos de ar-condicionado pendurados na parede e sem fazer a ligação. Há um ano! E nós fizemos uma emenda em relação ao Conselho Tutelar – vejam bem – destinando R\$ 22 mil para o fortalecimento dos Conselhos Tutelares durante o ano de 2018, recurso dividido entre os 10 Conselhos, resultando em aproximadamente R\$ 2 mil para o melhoramento das estruturas do Conselho.

A Emenda nº 121 previa destinação de R\$ 25 mil para o Conselho Tutelar, que seriam retirados da Ação de Publicidade, vinculada ao Gabinete do Prefeito, que tem a previsão de investimento anual totalizada em R\$ 3 milhões. Por esta emenda, tiraríamos apenas R\$ 25 mil de R\$ 3 milhões, e foi rejeitada.

Eu acho, com todo o respeito, que o nosso relator não conhece ou não tem essa sensibilidade em relação ao Conselho Tutelar, não sabe o que é o trabalho do Conselho Tutelar, pelo que passam os Conselhos Tutelares no seu dia a dia.

Eu fui procurado pelos Conselheiros Tutelares da Micro 8, que está há mais de uma semana fechada, porque foi arrombada quatro vezes. A sede, na Rua Jerônimo de Ornelas, foi arrombada quatro vezes, e até hoje está sem luz e fechada. E eles rejeitam uma emenda de R\$ 22 mil, o que é uma vergonha.

A outra emenda é sobre a Psoríase. Então, para quem não sabe, enquanto eu usar esta tribuna, nos três anos que nos restam, eu vou falar sobre psoríase. Inclusive, nós fizemos um projeto e o aprovamos, a Lei nº 12.247/2017, para que venha a se criar uma rede de atenção – inclusive o Prefeito vetou, e nós derrubamos o veto aqui. E nós destinamos, dentro da lei orçamentária, de duas formas, duas emendas diferentes, uma pela COSMAM no valor de R\$ 100 mil. Como eu achei que era um valor alto os R\$ 100 mil, eu fiz outra emenda, a Emenda nº 116, no valor de R\$ 30 mil. E as duas foram rejeitadas. E, para quem não sabe, e acho que o Governo não sabe, acho que a Secretaria não sabe, nós temos em torno de 44 mil pessoas em Porto Alegre portadoras de psoríase. Em torno de 44 mil pessoas em Porto Alegre, e me rejeitam uma emenda de R\$ 30 mil! Isso não dá para entender. Mas nós vamos destacá-las e vamos derrubar isso aqui. Se o Prefeito quiser vetar depois, problema dele, mas nós vamos derrubar, porque é inadmissível! Então está dado o recado. Essa é atenção toda especial que eu gostaria para os conselhos tutelares, inclusive nós estaremos dentro da Frente Parlamentar em Defesa de Criança e do Adolescente discutindo a questão de estrutura do conselho tutelar no próximo dia 15 de dezembro. Um abraço para todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h47min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego e defiro o Memorando nº 018/17, desta Presidência, informando que o Ver. Tarciso Flecha Negra representará esta Casa Legislativa na Sessão Solene em homenagem ao Dia Estadual da Consciência Negra, no dia de hoje, às 14h, na Assembleia Legislativa, nesta Capital.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando que o Requerimento nº 186/17 seja priorizado na ordem de votação na Ordem do Dia de hoje. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 186/17 – (Proc. nº 2757/17 – Mesa Diretora) – requer a realização de Sessão Solene no dia 05 de dezembro, às 19 horas, destinada a homenagear o Colégio Estadual Inácio Montana.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 186/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. ALVONI MEDINA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 329/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A pedido do Ver. João Bosco Vaz, vou somar ao Requerimento dele, de alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos passar à discussão e votação do PLL nº 294/17, ao seu Requerimento.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2954/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 329/17, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Nilton Claudio Carvalho Belsarena.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Mendes Ribeiro: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 22-11-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL n° 329/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 2671/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 294/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Alessandro Finkelsztein.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 22-11-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL n° 294/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Beltrano de Tal. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete Vereadores presentes. Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2780/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 046/17, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que altera os limites das Subunidades 1 e 3 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 48 da Macrozona (MZ) 8, cria e institui como Área Especial de Interesse Social (AEIS) III a Subunidade 5 na UEU 48 da MZ 8 e define-lhe regime urbanístico.

PROC. Nº 2341/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 257/17, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que obriga as empresas concessionárias de serviços públicos a sinalizar as obras para execução dos serviços em vias e passeios públicos, bem como a fechar e pavimentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o término dos serviços, buracos e valas que abrirem para a sua execução.

PROC. Nº 2653/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 053/17, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação Gaúcha dos Produtores de Brita, Areia e Saibro – Agabrita.

PROC. Nº 2654/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 054/17, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao doutor Carlos André Bulhões Mendes.

PROC. Nº 2655/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 055/17, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Otélmo Albino Drebes – presidente das Lojas Lebes.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, tem uma *hashtag* na Cidade que é #eunãosoucação. E hoje tem a #eusouvergonhanacara, porque o Prefeito chama os Vereadores de cagão e o primeiro projeto da Ordem do Dia é para chamar o Prefeito para vir esclarecer por que os Vereadores são covardes. Ele falou isso quando se votou aqui para retirar os 4% de reajuste dos servidores municipais de Porto Alegre. Depois falou que os Vereadores são

medrosos, são não sei o quê, na questão do IPTU. E a última, num congresso do MBL – o qual ele não estava autorizado a participar, estava autorizado só a ir à Europa – falou que nós somos cagões. Hoje tinha Vereador aqui no Plenário que não confirmou sua presença, não votou. O Ver. Felipe Camozzato estava no Plenário e não votou; o Ver. Ricardo estava no Plenário e optou por sair; o Ver. Luciano Marcantônio estava e não deu presença; o Ver. Nedel estava aqui, votou título de cidadão e não deu presença, e mais alguns que não me lembro. Agora, com isso, começo a dar razão ao Prefeito que alguns de nós somos cagões. Porque ser base de Governo é uma coisa; ser base de Governo é apoiar projetos importantes que o Governo apresenta nesta Casa, ser base de Governo é apresentar coisas importantes que o Governo faz, agora, não quer dizer que tem que ser submisso a esse Governo. Não quer dizer que tem que ficar de quatro para esse Governo, principalmente quando esse Governo ofende esta Casa. Esta Casa é a Casa do Povo de Porto Alegre! Os 36 daqui de dentro representam segmentos da sociedade de Porto Alegre, segmentos de empresários, segmento de trabalhadores, segmento de pessoas liberais, de esportistas, segmentos de toda a população de Porto Alegre. Quando diz que essa Casa é um bando de cagões, está dizendo que a população de Porto Alegre que nos botou aqui é um bando de cagões. E quando se pede ao Prefeito para vir explicar aqui porque a sua Prefeitura está indo ladeira abaixo, quando a Secretária de Assistência Social diz que queria retirar os moradores de rua da Borges de Medeiros e o Prefeito disse que isso não servia para ele; quando o Secretário Bruno Miragem disse que não queria mais assinar projetos que vinham a esta Casa sem necessidade e eram ilegais, quando o Ver. Kevin Krieger disse que tinha que fazer uma política para esta Casa, uma política de política para esta Casa, uma política de sentar-se à mesa com esta Casa, de discutir projetos por projetos com esta Casa, e por aí afora, eu acho que é uma total falta de respeito com a Cidade de Porto Alegre. É uma total falta de respeito quando vai desaforar e debochar da população de Porto Alegre, dizendo que quer implementar tomadas nas paradas de ônibus, quando tem pessoas morando nas paradas de ônibus, uma total falta de respeito com a população de Porto Alegre quando tem paradas de ônibus que nem sequer tem paradas de ônibus, somente um poste identificando essas paradas. Isso é uma completa falta de respeito com a Cidade, porque esta Casa – com seus 36 membros que aqui estão – representa a cidade de Porto Alegre. Esta Casa, com os seus 36 membros, representa a diversidade – pessoas que representam a área da saúde, pessoas que representam o esporte, pessoas que representam a cultura, pessoas que representam as pessoas com deficiência, pessoas que representam a educação, pessoas que representam os trabalhadores rodoviários, pessoas que representam as pessoas do direito, pessoas que representam os movimentos sociais, pessoas que representam as mulheres –, que representa todos os segmentos da sociedade, não pode mais ser desrespeitada, não pode mais adiar a discussão disso. Não é porque temos o jogo do Grêmio, às 21h, em Porto Alegre, que não podemos votar o Requerimento nº 202/17 – o nº 01 da nossa priorização de votação da Ordem do Dia de hoje –, que é a convocação do Prefeito para comparecimento ao plenário desta Casa a fim de expor esclarecimentos, e a base do Governo pede verificação de quórum, se furta de dar o quórum nesta Casa e não votar. Somente quando as pessoas sabem que estão

erradas usam esses argumentos fracos, esses argumentos que são atos de pessoas que não têm argumentos para contrapor o que os outros estão dizendo. Nós estamos falando em nome da cidade de Porto Alegre, uma cidade que está cansada, uma cidade que não aguenta mais ver o que o Prefeito está fazendo com ela. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; utilizando este espaço da discussão de Pauta, eu quero fazer referência à proposta de Lei Orçamentária para 2018 que foi apresentada pelo Poder Executivo a esta Casa. Ontem, em reunião da CEFOR – Comissão de Economia, Finanças, Orçamento, houve a leitura do orçamento por parte do Relator, o Ver. João Carlos Nedel, que apreciou as emendas que foram apresentadas pelos Vereadores eleitos pelo povo de Porto Alegre. Tenho certeza de que, pelo menos no que diz respeito às emendas que este Vereador apresentou, nenhuma delas foi pautada pela demagogia ou pela impossibilidade de correta aplicação dos recursos públicos. Muito pelo contrário, foram emendas apresentadas com o objetivo de aperfeiçoar a peça orçamentária e trazê-la para o mais próximo possível da realidade, o mais próximo possível daquilo que o cidadão de Porto Alegre espera no que diz respeito a obras, serviços e processos que devem ser executados pela Prefeitura Municipal. Foi diferente do que aconteceu na relatoria do Plano Plurianual, ou da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, em que existiu um debate democrático e mais aberto com os Relatores do PPA, o Ver. Camozzato, e da LDO, o Ver. Ferronato. Agora, na minha avaliação, as justificativas apresentadas pelo Relator para a rejeição das emendas – não só das que apresentei, mas de muitos colegas com quem conversei a respeito – são critérios frágeis, governistas e vassalos. Vassalagem para relatar orçamento não cola! Se comportar como “basista” do Governo na relatoria das emendas sem nenhum critério técnico que justifique a rejeição de muitas tem nome: vassalagem! E não tem outro. Cito uma delas. Se essa emenda não atende ao interesse público, eu não sei qual atende! Fiz uma emenda originalmente e uma subemenda depois, assinada em conjunto com o meu colega Ver. Valter Nagelstein. Sabe qual foi a emenda rejeitada pelo relator da base do Governo, João Carlos Nedel? Negou que fosse incluída, na peça orçamentária, recursos para nomear 100 Guardas Municipais em Porto Alegre, numa emenda que utilizou recursos previstos no âmbito da própria Secretaria Municipal de Segurança. Negou! Não aceitou! Governo que discursou que segurança era prioridade para Porto Alegre. Negou! Vergonha, Ver. Adeli.

Um outro ponto que queria destacar é que foram rejeitadas algumas emendas. Como é que um Governo quer promover consciência cidadã, educar seu povo, fazer com que ele tenha capacidade de discernir, de ocupar os espaços públicos, preservar os recursos naturais, respeitar o ambiente urbano, o caminho para uma Cidade

sustentável. Pois foi este relator que também rejeitou as emendas que destinavam recursos para educação ambiental e para fomento das hortas urbanas. Rejeitou! Então se a lógica... Justiça seja feita, muitas emendas que apresentei no meu mandato ou com anuência de outros colegas da COSMAM, foram aprovadas, como, por exemplo, emendas para um projeto de compostagem no Município, consultoria para avaliação do tratamento das areias que são resultado do serviço de dragagem, uma emenda da COSMAM para construção da Unidade Básica de Saúde na Chácara da Fumaça no bairro Mário Quintana, e também a manutenção da Praça da Amizade e Praça Tristão Sucupira Vianna, no bairro Intercap, Partenon, mas tem muito mais. Então, qual é a providência regimental que temos, democrática? Fazer com que essas emendas sejam destacadas. E nós vamos fazer o debate aqui no Plenário, sem vassalagem, sem puxa-saquismo, sem troca de favor, sem cargo, com independência, com responsabilidade, porque nós queremos que os recursos do orçamento sirvam à população de Porto Alegre, não aos interesses dos poucos que são defendidos desta casta que é defendida por um Governo que ainda não se encontrou. E na discussão das emendas e do orçamento também vamos ter a possibilidade de cobrar os R\$ 500 milhões que se dizem economia da reforma administrativa que aprovamos, com a redução de 22 Secretarias, foram parar onde, se o Governo manda uma peça orçamentária para cá com um déficit de R\$ 700 milhões? Essa conta não fecha. De falácia, de ofensas nós já estamos cansados; nós queremos soluções para uma Cidade melhor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Vereador Trogildo; colegas Vereadoras e Vereadores, em discussão preliminar de Pauta, o Presidente desta Casa, Ver. Cassio Trogildo, apresentou o PLL nº 257/17, que obriga as empresas concessionárias de serviços públicos a sinalizarem as obras para execução dos serviços em vias e passeios públicos, bem como a fechar e pavimentar, no prazo de 24 horas, após o término dos serviços, buracos e valas que abrirem para a sua execução. Vou falar do projeto, falarei mais do projeto, porque, neste momento, não existe administração, não existe alguém no Paço Municipal que diga que tenha que fiscalizar. No Centro de Porto Alegre – vou citar uma via –, tentem andar pela Rua Andrade Neves – tentem, tentem! Há duas semanas, a empresa terceirizada que eu denunciei aqui, Top Vargas, está fazendo obras para a Sulgás e arrebentou canos do DMAE, e, por 72 horas, a água escorreu pela rua. As pessoas não conseguem entrar nos bares, nos restaurantes, botecos, lojas importantes daquela rua, porque não tem Prefeito, não tem fiscalização. Por isso está certo o Presidente desta Casa em apresentar um Projeto de Lei que manda, em 24 horas, fechar os buracos que as empresas terceirizadas fazem. Estou discutindo a Pauta, apesar de que neste momento deveríamos estar discutindo o Requerimento, mas alguns Vereadores – que nós vamos cobrar – não estão nem discutindo a Pauta, e também fugiram do

Plenário para não votar o Requerimento. São 15h15min do dia 22 de novembro, dia do reciclador, dia da reciclagem do lixo em Porto Alegre, e nesses dias importantes, às 15h não tem quórum para discutir essas questões! Por isso, nós estamos antecipando a Pauta, mas faço questão, Ver. Paulinho Motorista, de discutir a Pauta, porque nós temos que ter uma lei que obrigue o Executivo, seja quem for, não, como diz o Prefeito, para barrar, Ver. Dr. Thiago, o próximo que vier, pode ser o senhor, pode ser eu, seja lá quem for, estará no Paço Municipal nas próximas eleições. Ele não fique pensando que é o soberano, porque aqui nós vamos aprovar essa lei, do Presidente desta Casa, e nós vamos fazer com que a Prefeitura faça o seu dever de casa. Por isso que nós estamos aqui, nesta tarde, Ver.^a Reginete Bispo, e V. Exa. que assumiu nesta semana deve ficar um tanto quanto chateada, mais do que eu que estou aqui o ano inteiro, mas nós estamos aqui, estamos nas ruas, estamos vigilantes. Esta Cidade não se dobra, este Parlamento não se dobra, discute Pauta quando devia estar discutindo os projetos de lei, mas não tem problema, porque nós continuamos discutindo na internet, nas ruas, nos parques onde quer que estejamos, porque nesta Cidade tem cidadania e ninguém vai acabar com a cidadania de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. REGINETE BISPO: Boa tarde, minhas colegas e meus colegas, eu quero iniciar agradecendo ao PSOL e ao PT por me concederem este espaço de fala de Liderança de oposição. Quero dizer que realmente estou muito constrangida com essa experiência do dia de hoje. Estou aqui, nesta semana, porque é a semana do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Quando eu e outros companheiros falávamos na segunda-feira, alguns Vereadores disseram, inclusive, que era mimimi, porque nós dizíamos que a sociedade estava absolutamente racializada e que a pauta racial não interessa para a maioria dos Legislativos, inclusive aqui. E hoje, para mim, confirma porque obstruir uma pauta onde estava colocado a aprovação de uma moção que pede a solidariedade dos Vereadores desta Casa com as comunidades remanescentes de quilombos do País, do nosso Estado e da nossa Cidade, que estão absolutamente abandonadas pelo Poder Público. A começar por Porto Alegre, onde temos cinco quilombos urbanos absolutamente abandonados pelo Poder Público porque não chega saneamento, energia elétrica, asfalto; o quilombo do Guaranha, que recebeu o título, mas não ganhou o registro definitivo da sua terra. E nós pedimos, sim, uma audiência com o Prefeito, com as secretarias deste Governo, e sequer nos responderam. Então, é constrangimento, sim, que esta Casa não queira convocar o Prefeito para vir dar explicações sobre a política que ele está desenvolvendo nesta Cidade para aqueles que mais precisam. Talvez quem more nas zonas nobres desta Cidade não sinta esta necessidade, mas a cidade de Porto Alegre precisa, sim, que o Prefeito dê explicações de como anda, por exemplo, o transporte público, pois os ônibus sumiram da Cidade; de

como anda a política de assistência social, que está desmantelada. Quem depende desses serviços é a população mais pobre, é a população da periferia, é a população negra.

Então, quando eu digo que o Legislativo, que o Poder Público negligenciam e tangenciam a pauta racial e não levam a sério, esta é mais uma demonstração de como isso acontece. Eu quero ver quem vai dizer que é mimimi, dizer que o Poder Público e as instituições públicas e privadas deste País são racistas, estruturalmente preparadas para deixar que uma pauta racial não avance, para que a igualdade não se estabeleça. Nesses três dias em que estou aqui, deu para ver e sentir como isso se processa. Nós estamos sub-representados aqui, mas eu desejo imensamente que as Vereadoras e os Vereadores desta Casa, em outro momento, na segunda-feira, aprovem, sim, esta Moção de Solidariedade às comunidades remanescentes de quilombos urbanos e rurais do nosso Estado e do nosso País.

Para finalizar, quero dizer que, esta semana, este mês de novembro representa a luta de resistência do povo negro no Brasil, que está ausente desses espaços. Somos dois Vereadores negros, eu, aqui, e o Ver. Tarciso, que é um Vereador permanente desta Casa, e nos ressentimos, sim, porque não vislumbramos nenhuma possibilidade de alteração da realidade social, política e econômica, partindo desse perfil de gestores públicos que estão instalados no nosso País e no nosso Município.

Eu gostaria muitíssimo de ver o Prefeito Marchezan vir aqui explicar por que as políticas destinadas aos mais pobres, àqueles que mais precisam, não acontecem.

Para finalizar, por que as políticas para os mais pobres não acontecem? E nós vamos lutar nas ruas, vamos lutar, em 2018, para mudar a cara desse cenário aqui, para mudar a cara deste Legislativo e do Executivo, para ter gente mais comprometida com a nossa pauta e com os nossos interesses. Interesses do povo pobre, preto e de periferia.

Então, agradeço à minha bancada, aos Vereadores do PT, aos Vereadores do PSOL que me concederam esse espaço de fala. E vamos à luta, porque esse quadro precisa mudar e nós precisamos enegrecer poderes, o Executivo e o Legislativo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nobre Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde. Lamentavelmente, o Governo orientou a sua base aqui na Câmara de Vereadores para retirar o quórum e não votar um requerimento para o Prefeito vir a esta Casa. Olha onde nós chegamos! É como o Janta questionou aqui: será que se está autoadmitindo que os Parlamentares são cagões? Lamentavelmente. Eu não sou covarde, eu não sou cagão, eu sou uma pessoa eleita pelo povo, portanto tenho a obrigação de trabalhar, no mínimo, e não às 15h

retirar o quórum. Isso atinge qualquer Parlamento. O que a sociedade vai dizer amanhã? O que os jornais vão dizer amanhã?

O Requerimento que nós apresentamos está embasado no art. 57 da Lei Orgânica, e o que ele diz? Vejam, senhoras e senhores, o inciso I diz o seguinte: “Dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito”, é uma prerrogativa nossa. “II - Conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito”, é uma prerrogativa da Câmara. E lá no inciso X, Ver. Brum, diz o seguinte: “Convocar ou convidar o Prefeito, Secretários, Diretores de autarquias, fundações, empresas públicas, conforme o caso, responsáveis pela administração direta e indireta para prestarem informações sobre a matéria de sua competência”. É inconstitucional aqui?! Pessoal, nós não vamos rasgar a Lei Orgânica. Eu lembrei agora de um Parlamentar no Congresso Nacional, no Senado quando disseram que não valia a Lei Orgânica daquele Parlamento, ele simplesmente rasgou, e foi processado porque rasgou. Eu jamais rasgaria, porque isso é a bíblia aqui da Câmara Municipal. Se me disserem que é inconstitucional, então não tem mais necessidade de nós autorizarmos o Prefeito a viajar ou dar posse a ele aqui na Casa, Ver. João Bosco. Isso está na Lei Orgânica. Portanto, é la-men-tá-vel que mais uma vez a base do governo tome uma atitude dessa natureza; mais do que isso, o que nos deixa indignados é ver que o Governo não só orienta para essas questões, Ver. Carús, os Vereadores também são orientados na questão da Lei Orçamentária. Não é por acaso que o Ver. Carlos Nedel, relator da Peça Orçamentária, não aceitou nenhuma emenda! Mas, se ele fosse observar para onde estão destinados o recursos das parceiras, das PPPs, das consultorias, ele vai verificar os escândalos que vão acontecer com o desgoverno que é hoje o Governo Marchezan. Infelizmente eu já ouvi alguns Vereadores dizerem que foi um ano perdido aqui nesta Casa, mas não foi perdido por causa dos Vereadores; foi perdido porque o Governo não dialogou com o Parlamento, não conseguiu construir uma pauta positiva, porque aonde ele vai, ele tem problemas. Por exemplo, no Gabinete na Comunidade, ele não tem uma agenda para atender a comunidade, ele não faz isso. Ele apenas cria a ideia de alguns serviços e faz aquilo que está na cabeça daquele grupo que hoje comanda o Paço Municipal, isto é, meia dúzia, porque até então já perdeu mais de 15 Secretários e presidentes de autarquias. Eu diria ao nobre Prefeito: “Marchezan, nós vamos votar o requerimento e vamos enfrentar a votação, mas se nós perdermos o requerimento, é uma questão de bom senso, V. Exa. tem que vir aqui na Câmara e falar por que continua falando mal do Parlamento da Câmara Municipal.” Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu ouvi atentamente o Ver. Oliboni aqui da tribuna falando que a retirada de quórum prejudica o trabalho desta Casa. Eu imagino, então, na Assembleia Legislativa, onde o Partido dos Trabalhadores não dá quórum na Comissão de

Constituição e Justiça para analisar os projetos do Governo do Estado; lá parece que é bom. Também lembro do ex-Presidente Lula dizendo que no Congresso eram 300 picaretas e recebeu o apoio, as palmas e o voto da Bancada petista e, quiçá, dos outros partidos de esquerda, não posso afirmar. Aí era bonito dizer que no Congresso eram 300 picaretas. Depois, se não me engano, o ex-Presidente Lula disse que o STF era covarde, o que é quase cagão. Aí eu suponho que o Ver. Oliboni tenha chamado o ex-Presidente Lula para esclarecer isso na Convenção do PT. Não, não chamou. Acho que o Ver. Oliboni chamou então o ex-Presidente Lula para prestar esclarecimentos quando este disse que o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara eram – perdão pela palavra – fodidos. Acho que o Ver. Oliboni convocou então o ex-Presidente Lula para esclarecer isso na Executiva do PT. Não, não convocou. Os senhores estão apequenando a discussão política da cidade de Porto Alegre. Nós temos, sim, problemas profundos, temos uma estrutura falida na Cidade, dificuldades imensas nos serviços públicos, e V. Exas. querem debater, fazer requerimentos e discutir uma palestra que o Prefeito fez. É isso. Isso faz com que esta Casa se apequene e sirva à minoria que perdeu a eleição. A bancada do Partido dos Trabalhadores adora subir aqui e dizer que o Prefeito Marchezan fez menos votos do que os brancos e nulos. É verdade. Mas fez muito mais votos do que o Raul Pont, candidato de Vossas Excelências. Fez muitos mais votos do que a candidata do PSOL. Perderam a eleição, é verdade. Querem fazer uma discussão pequena? Querem. Porto Alegre não pode ficar debatendo isso na crise em que está. Esta Câmara não pode se debruçar para debater uma fala do Prefeito numa palestra, com a qual eu não concordo, da qual eu não gostei.

Acho que vivemos uma crise institucional no País e precisamos fortalecer as nossas instituições: o Parlamento, o Executivo, o Judiciário. Precisamos força institucional para vencer a crise política, sim, mas isso também requer que esta Casa se coloque no seu papel, que deixe de fazer uma discussão infantil sobre uma frase do Prefeito. Temos muito a discutir. Acho que o cidadão porto-alegrense espera de nós muito mais do que convocar o Prefeito para explicar uma fala numa palestra. Façamos o nosso papel.

O Ver. Oliboni criticou a retirada de quórum. Ontem, alguns Parlamentares não quiseram votar a abertura de uma frente parlamentar para discutir projetos que estão tramitando nesta Casa. Aí, isso é democrático. Retirar o quórum não é democrático.

De novo: quando não dão quórum na CCJ da Assembleia Legislativa para ajudar o enfrentamento da crise do Estado, se favorecem politicamente com os professores gritando que não recebem; lucram politicamente com a greve que incentivam e negam à população o caminho para resolver os problemas econômicos do Estado. Esta é a coerência do Partido dos Trabalhadores.

Imagino que V. Exas. agora chamarão o ex-Presidente Lula para esclarecer quando ele diz que o Congresso é covarde, que o STF é covarde e outras coisas mais que eu não gostaria sequer de citar sobre as mulheres do Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores, Ver. Ricardo Gomes, que me antecedeu, não minore a fala do Prefeito, Ver. Ricardo. V. Exa. é um brilhante Vereador, estivemos e estamos juntos em diversas pautas, mas a fala do Prefeito é grave. É grave! Mostra um desrespeito à população que também votou nele na mesma eleição. Isso não pode ser admitido! Passivamente isso não pode ser admitido. Ele deve, no mínimo, explicações a esta Casa. Na sessão preliminar de Pauta, o que consta aqui é o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Dr. Carlos André Bulhões Mendes, médico. Ver. Janta, acho que poderíamos, depois, encaminhar um pedido de uma nova abertura da Ordem do Dia. Quero deixar registrado, e eu quero pedir-lhe desculpas e aos demais Vereadores, fui signatário no pedido de vinda do Prefeito aqui para prestar esclarecimentos, mas não podia me ausentar, e aqui estou falando como médico que atua na área da saúde e medicina em Porto Alegre, e por isso a correlação com a Pauta. Eu estou atendendo no meu gabinete, Ver. Dr. Goulart, os familiares de um paciente que está no hospital da Restinga desde o dia 19 de novembro, esperando por leito de UTI. Um cidadão de 20 e poucos anos, com uma infecção grave – por isso não estava aqui na hora da abertura daquela votação – e os familiares desesperados com esse quadro. Eu vou citar o nome, por que me pediram para citar, que é Luiz Carlos Souza da Silva. Ele está piorando a cada dia. Hoje, os médicos lá do Hospital disseram para os familiares: vocês procurem alguma ação, alguma providência, porque as nossas possibilidades se esgotaram aqui. Está na Central de Leitos, desde o dia 19 de novembro, aguardando a transferência para uma UTI, precisando de atendimento de UTI e um bloco cirúrgico, e não tem leito na Cidade! E aí o Ver. Carús faz uma reunião, na Comissão de Saúde, porque estão fechando os leitos. Já fecharam os leitos do Lazzarotto, do Independência e do Parque Belém. Agora vão fechar os leitos do Beneficência Portuguesa. Mas aí não tem como...

Então, eu quero pedir o auxílio do Djedah, pedir a atenção da Secretaria Municipal da Saúde, em nome do nosso médico que está na pauta – o Dr. Carlos André Mendes, que vai ser cidadão de Porto Alegre – para que esse paciente possa ser transferido para um local que possa dar um atendimento completo. Senão, nós vamos continuar fazendo o que a gente vem, toda a semana, dizer aqui: “Porto Alegre transforma doenças curáveis em doenças incuráveis. A situação da Saúde, a situação dos serviços da Cidade se agrava a cada dia e sem respostas”. E o Prefeito, para fazer uma cortina de fumaça nesse processo todo, fica em seminários colaterais, dando a sua versão para situações, ou seja, botando a culpa nos outros. Então, peço, em nome da população de Porto Alegre e desta Casa, que a Secretaria possa dar uma pronta resposta e salvar esse cidadão de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h39min.)

* * * * *